

INFORMAÇÃO EM ÉPOCAS DE PANDEMIA: UM OLHAR DO PONTO DE VISTA DA LINGUAGEM VOLTADA À COMUNICAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA.

Sandro Omar de Oliveira Santos (UEMS)
omarsandro@uol.com.br
Ruberval Franco Maciel (UEMS)
ruberval.maciел@gmail.com

RESUMO

Pandemias são por conceituação eventos de grande magnitude que causam comoção global e atingem proporções inimagináveis, afetando substancialmente todos os estratos sociais. As informações e as formas de suas veiculações são de fundamental importância, pois contribuem para a garantia da ordem pública, o controle da doença e auxiliam na contenção de sua propagação. Insta trazer à baila que pouco mais de um século depois da pandemia da gripe espanhola que assolou o mundo podemos perceber que o comportamento da população, as ações governamentais, os meios, formas e conteúdo das informações que foram disseminadas naquela época apresentam um espectro até certo ponto comum com as experimentadas diante da eclosão do coronavírus. Neste sentido, o presente trabalho busca analisar e discutir ambos os casos. Para tanto, o trabalho de natureza bibliográfica se pautará nos estudos sobre multimodalidade a partir da semiótica social.

Palavras-chave:

Comunicação. Linguagem. Pandemia.

ABSTRACT

Pandemics are conceptual events of great magnitude that cause global commotion and reach unimaginable proportions, substantially affecting all social strata. The information and forms of its broadcasting are of fundamental importance, as they contribute to the guarantee of public order, the control of the disease and help to contain its spread. It urges to bring to the fore that little more than a century after the Spanish flu pandemic that ravaged the world, we can see that the behavior of the population, government actions, the means, forms and content of the information that were disseminated at that time present a certain spectrum common point with those experienced before the outbreak of the coronavirus. In this sense, the present work seeks to analyze and discuss both cases. Therefore, the bibliographic work will be based on studies on multimodality based on social semiotics.

Keywords:

Communication. Language. Pandemic.

1. Introdução

Estudar e compreender as emergências em saúde pública do passado e as medidas adotadas nos seus enfrentamentos pode contribuir nas tratativas e condutas frente aos surgimentos de novos eventos. O mundo já passou por várias epidemias e pandemias e a partir da eclosão do coronavírus – o COVID-19, semelhantemente ao ocorrido nos casos pretéritos, o mundo vem experimentando inúmeros debates sobre as suas origens, existência, possibilidades de cura, tratamentos, ações governamentais, perigos de contaminação, não olvidando que na sociedade contemporânea se irradiem informações de toda natureza, incluindo “*Fake News*: o vírus é Chinês, é só uma gripezinha”. Nesse contexto, é importante compreender o que é uma pandemia. Para a OMS, para fins de configuração de uma doença, devem-se observar os elementos que a compõem de forma conjugada, com o cotejamento dos dados que a descreva com precisão, sendo os indicadores comumente adotados as taxas de incidência e prevalência.

De maneira geral, a incidência mensura os níveis de contágio e a prevalência indica como se dá essa incidência em determinada população. Assim, se a incidência se der em proporções elevadas e sua prevalência for observada em diversas localidades do mundo, a doença adquirirá a denominação de pandemia, conceituação adotada pela Vigilância Sanitária brasileira:

caracterizada por uma epidemia com larga distribuição geográfica, atingindo mais de um país ou de um continente. Um exemplo típico deste evento é a epidemia de AIDS que atinge todos os continentes. (PEREIRA, 2007, p. 12)

Uma das maiores emergências em saúde pública que se tem notícias foi a da gripe espanhola de 1918. Seus efeitos puderam ser observados ao longo de dois anos, apresentando um elevado número de vítimas, situação em muito assemelhada à pandemia do coronavírus.

Uma pandemia provoca impactos de toda natureza. Além dos danos à saúde, há abalos sociais, culturais, políticos, educacionais, transnacionais, e na sociedade contemporânea, a comunicação, considerando a tecnologia atualmente disponibilizada às pessoas, constitui-se em ferramenta fundamental no seu (des)controle. Nos posicionamentos de Rocha e Maciel, seguindo os entendimentos de Santaella (2013) e de Chun e

Selwyn (2017), podemos perceber a influência da tecnologia nas relações sociais na sociedade contemporânea:

Os tempos contemporâneos podem, então, ser percebidos como um cenário complexo que, de forma dinâmica e constitutiva envolve relações sociais e processos de produção de sentidos em uma sociedade mediatizada e midiaticizada, ou seja, em um mundo que sofre as pressões do capitalismo e de forças neoliberais, ao mesmo tempo em que é impactado pelas tecnologias emergentes, compreendidas como processos, práticas e discursos (ROCHA; MACIEL, 2019, p. 119)

Para a análise e compreensão da linguagem nesse ambiente constantemente mutável frente a tais influências vem em socorro ao linguista a semiótica social, que investiga como as pessoas utilizam os seus recursos semióticos na comunicação considerando os sistemas sociais, culturais e materiais, contextualizando-os e valorando-os em relação ao tempo em que a mesma se dá.

Importa avaliar as formas de comunicação e linguagem adotadas no passado durante a emergência da gripe espanhola, considerando o arcabouço sociocultural da época, comparando-as com as utilizadas ao longo da pandemia do COVID-19 e o contexto contemporâneo atual, pois, de acordo com Maciel e Pereira (2019):

Devemos ter em mente que esses conceitos não são universais, podendo o mesmo significado possuir/potencializar diferentes percepções de acordo com o local, a cultura e a linguagem. (MACIEL; PEREIRA, 2019, p. 5)

Isso porque para os referidos autores compreender os significados e as percepções da população pode permitir um atendimento mais humanizado na área da saúde:

Nesse sentido, os referidos autores acreditam que esses conceitos podem trazer contribuições acerca da interface dos estudos da linguagem com a área da saúde, sobretudo ao considerarem o aspecto de feeling para um olhar humanizado na medicina. (MACIEL; PEREIRA, 2019, p. 5)

Daí a importância da semiótica social na área da saúde ao nos permitir a apropriação dos signos com a construção de sentidos no contexto social em que se inserem, a partir da compreensão das linguagens socioculturalmente utilizadas. Sobre esse aspecto, Nakagawa e Silva (2013) apontam que:

A mensagem-texto constituirá, portanto, o lugar onde a significação se estabelece, sempre revelando fenômenos de sentido que só adquirem significação mediante ao contexto social em que se inserem e às linguagens das quais fazem uso. Acima de tudo, mediante às culturas a partir das

quais se espelham e pelas quais são espelhadas. (NAKAGAWA; SILVA, 2013, p. 79)

Com base nesse introito, denotada a importância do processo de comunicação em saúde pública, discorreremos brevemente sobre os cenários vivenciados na pandemia da gripe espanhola cotejando-os com os da atual, descrevendo os elementos característicos de ambas, destacando os seus enfoques, suas relações, a percepção da população, formas representação, produção e disseminação das informações.

2. A gripe espanhola e a pandemia na sociedade contemporânea

A sociedade contemporânea é caracterizada pelo intenso fluxo de pessoas e produtos por e em todo o mundo. Para Moura e Rocha (2012):

Tal ambiente “nômade”, a rapidez no deslocamento de pessoas proporcionada pela facilidade de acesso ao transporte aéreo permite a transmissão de agentes causadores de epidemia. (MOURA; ROCHA, 2012, p. 22)

Vivemos um século adiante do evento da gripe espanhola, em um ambiente onde o homem não mais pertence ao mundo, pois é esse que pertence àquele, mas dispensando olhares à pandemia do COVID-19 não seria exagero deduzir que ambos os cenários resguardadas as devidas proporções em boa parte se assemelham. As duas doenças emergiram de forma inesperada, com alto índice de contágio e letalidade, os sistemas públicos não dispõem (unham) de instalações e pessoal suficientes para atender a população, as informações governamentais possuem (íam) conteúdos antagônicos e há (avia) presença de *Fake News*.

O primeiro caso da gripe espanhola se deu nos Estados Unidos em março de 1918, chegou ao continente europeu em abril, atingiu os exércitos aliados franceses, britânicos e norte-americanos, no mês seguinte avançou pela Grécia, Espanha e Portugal, em junho foi a vez da Dinamarca e da Noruega, em agosto na Holanda e Suécia, desembarcando em setembro no Brasil. Sobre esse aspecto, Schatzmayr e Cabral (2012) afirma que:

A doença veio a alcançar o Brasil seis meses depois da primeira ocorrência no mundo, em setembro de 1918, a pandemia se espalhou por todo o país e causou a morte de pelo menos 35 mil brasileiros, à época, pouco depois do evento, a população atribuiu a culpa às autoridades públicas que entendiam num primeiro momento que a gripe não atingiria nosso território em razão da grande distância da Europa e da existência de um oceano separando os continentes. (SCHATZMAYR; CABRAL, 2012, p. 58)

Assim como ocorreu com a pandemia do coronavírus a gripe espanhola rapidamente foi reconhecida como doença contagiosa e muitos países adotaram medidas de isolamento social, foram decretados os fechamentos de escolas, igrejas, comércio e repartições públicas, inclusive no Brasil, mas a situação ficou fora de controle. Assim, Rodrigues (1994) afirma:

O cenário era de terror e dezenas de anos depois ainda era possível de ser descrito, em 1918, na esquina, no botequim, na calçada, e no meio-fio se morria, a toda hora. Vinha o caminhão de limpeza pública e ia recolhendo e empilhando os defuntos. Nem família, nem coveiros, ninguém tinha paciência. (RODRIGUES, 1994, p. 45)

Da mesma forma que ora vem ocorrendo no mundo, passada a primeira onda da pandemia, minimizando os efeitos da doença, a população voltou às atividades normais e o Brasil, por exemplo, saiu às ruas no carnaval de 1919 festejando ao som da música que Assis Valente compôs sob o título “E o mundo não se acabou”. Nas crônicas de Nelson Rodrigues foi retratado esse sentimento de alívio:

Depois daquele Carnaval orgiástico, o Rio de Janeiro nunca mais seria o mesmo [...] A peste deixara nos sobreviventes não o medo, não o espanto, não o ressentimento, mas o puro tédio da morte. Lembro-me de um vizinho perguntando: — “Quem não morreu na espanhola?”. E ninguém percebeu que uma cidade morria, que o Rio machadiano estava entre os finados. Uma outra cidade ia nascer. Logo depois explodiu o Carnaval. E foi um desabamento de usos, costumes, valores, pudores. [...] Toda a nossa íntima estrutura fora tocada, alterada e, eu diria mesmo, substituída. Éramos outros seres e que nem bem conheciam as próprias potencialidades. [...] A espanhola trouxera no ventre costumes jamais sonhados. E, então, o sujeito passou a fazer coisas, a pensar coisas, a sentir coisas inéditas e, mesmo, demoníacas. (RODRIGUES, 1994, p. 46).

A gripe espanhola voltou em segunda e terceira ondas, desaparecendo somente ao longo do tempo. Cem anos depois, em dezembro de 2019, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) da China identificou o primeiro caso de uma doença em Wuhan, capital da província de Hubei – originando o surto de um novo coronavírus.

Até que esse vírus fosse oficialmente reconhecido como pandemia, já eram contabilizados 118.000 casos em 114 países, com 4291 mortes, tendo a OMS emitido o seguinte comunicado (*on-line*) contendo as seguintes recomendações:

A Organização Mundial da Saúde participa, desde o início de fevereiro de 2020, de ações que dizem respeito às medidas adicionais de saúde necessárias ao combate ao coronavírus, em conjunto com os Países Membros.

Como ações comuns estão a recomendação de proibição da entrada de passageiros de países com surtos, seguida de suspensões de voos, emissão e concessão de vistos, fechamentos de fronteiras e medidas de quarentena.

Foram as medidas iniciais recomendadas como forma de tentar frear a propagação da doença diante das incógnitas sobre o novo vírus, da doença em si, das vulnerabilidades sociais, limitações dos sistemas de saúde pública e inexistência de tratamento específico ou vacina. A partir de então foram várias as Informações que passaram a ser disseminadas pelo mundo, muitas delas sem prévia aferição, com linguagens, formas e conteúdos que comprometeram num primeiro momento a estabilidade social e sanitária.

No Brasil, o Jornal Estadão (online) publicou no início da pandemia uma matéria sobre os sentimentos dos americanos frente à presença do coronavírus, reproduzindo relatos que retratavam vontades de fugas, conformismos e negações ao risco de contaminação, *meaning* antagônico à gravidade e *feelings* desconectados da realidade. Boa parte dos entrevistados se mostravam céticos e desafiadores, ignoravam os pedidos de isolamento por entenderem que poderiam ter mais recompensas do que riscos mantendo sua vida social.

Remetendo à chegada da gripe espanhola no Brasil o comportamento da população não se mostrou diferente, um recorte do Jornal A Gazeta de Notícias (<http://memoria.bn.br/>), datado de 18 de setembro de 1918, relatou o caso apenas com a informação de que a “hespanhola” ou a “dançarina” estaria a bordo de um navio a caminho do país, se tratava de espécie de influenza com caráter epidêmico surgido na Espanha.

Pouco depois, percebendo a gravidade da doença, a imprensa passou a divulgar que era altamente contagiosa, apresentava uma grande velocidade de difusão e letalidade, questionando a inércia das autoridades. Decorrido um mês da chegada da doença no Brasil o pânico já havia tomado conta das maiores cidades, a capital foi a mais impactada com a primeira onda do surto e a imprensa direcionava suas críticas a Carlos Seidl, Diretor Geral da Saúde Pública, acusando-o de repassar informações inverídicas.

As informações do governo sobre a gripe resumiram-se a uma cartilha, denominada “conselhos ao povo”, contendo recomendações para evitá-la (<http://memoria.bn.br/>), consistentes em evitar o uso de bebidas alcoólicas, lavar a boca e gargarejar com um composto à base de água e sal, fazer uso diário de solução de essência de canela, evitar aglomera-

ções, tomar cuidados com o nariz e boca, tomar doses de quinino, evitar fadiga e excessos físicos, exigindo mais atenção dos idosos.

Para os contaminados sintomáticos e os que estavam no estágio inicial da doença o governo recomendou o uso de medicação a partir de um composto à base de água e sulfato de sódio misturado com açúcar, tomado em conjunto com quinino, aspirina, salicilato de sódio; outro à base de água, salicilato de sódio, bicarbonato de sódio e açúcar; para tosse remédio composto à base de água, Benzoato de Sódio e acetato de ammonca. Também orientou essa parcela da população a fazer uso de dieta à base de leite, caldo de sopa de cereais, de legumes, de lentilhas, de arroz, aveia, centeio, etc. (<http://memoria.bn.br/>).

Percebe-se que as informações quanto às formas de propagação, contágio e medidas de prevenção eram vagas, dispersas, antagônicas e por vezes contrárias à realidade médica, sanitária e social, no Brasil o Governo Federal não impôs o isolamento social, limitou suas comunicações aos “conselhos para o povo” que não chegavam a todos os destinatários, pois o acesso aos jornais, revistas e demais meios de comunicação era limitado à época.

Diferente daquela época, atualmente o acesso às informações é praticamente instantâneo graças à tecnologia, com o pico da eclosão do coronavírus divulgado pelo Governo Chinês na data de 06 de abril, através da Agência de Notícias Xinhua, de Pequim, a notícia sobre a doença foi imediatamente irrigada no mundo pela imprensa, através da internet e reproduzida nas redes sociais.

Passando para outro continente, com a ocorrência do primeiro caso de coronavírus nos Estados Unidos, o Presidente Trump declarou à CNBC: “É só uma pessoa que veio da China e temos tudo sob controle. Tudo ficará bem, o risco para os americanos ainda é muito baixo. Quando você tem 15 pessoas... em alguns dias, vai diminuir e ficar perto de zero. É um trabalho muito bom que fizemos”.

Nos dias seguintes a doença se alastrou vigorosamente no território americano, o CDC – *Centers of Disease Control and Prevention*, passou a exercer a coordenação das ações de combate ao coronavírus nos Estados Unidos, informando à população que a pandemia seria causada por uma doença respiratória, que se espalha de pessoa para pessoa, não tem cura e se apresenta com mais gravidade em adultos com 65 anos ou mais e pessoas de qualquer idade com sérios problemas médicos subjacentes.

Recomendou-se nesse comunicado que todos utilizassem máscaras de pano em locais públicos, mantivessem distância de no mínimo um metro e meio entre pessoas, distanciamento social em todos os níveis da sociedade e o governo disponibilizou um folder adicional contendo estas recomendações.

Pesquisa do *Pew Research Center* (online) sobre a COVID-19 nos Estados Unidos apontou que a população tem medo da doença, mas boa parte entende ser fruto de conspiração. Mais de 30% dos entrevistados pensavam que o vírus teria origem em laboratório e 2/3 da população considerava que o governo não agiu com a rapidez necessária para enfrentar a pandemia.

No Brasil o cenário inicialmente não foi diferente e houve ampla desconexão entre as informações repassadas pelo Ministério da Saúde, Presidência da República, Estados e Municípios.

Rogério Louro (online) a pedido da ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial publicou um texto sobre a comunicação durante a pandemia, relatando que as informações sobre a doença, ações tomadas pelos governos e o local dos novos contágios, emergem de todos os lugares e em velocidades impossíveis de se acompanhar, ressaltando a necessidade de filtrá-las previamente:

Se não tem vacina ou remédio para prevenir ou conter o vírus, a informação é a grande arma neste momento. É aí que as áreas de Comunicação e agências precisam agir para ajudar a organizar o fluxo de dados e ideias para não deixar virar um furdúncio sem controle.

As informações sobre a pandemia, as ações tomadas por governos e o local dos novos contaminados estão vindo de todos os lugares em uma velocidade impossível de acompanhar. Então, é preciso filtrar e se concentrar no que é importante para cada empresa naquele momento.

Nesse sentido, diante de pressões políticas e da imprensa, em 14 de março o Governo do Presidente Jair Bolsonaro iniciou uma campanha publicitária sob o título de “Juntos Somos Mais Fortes”, com o fito de disponibilizar informações iniciais para a população sobre a doença. Malgrado tivesse a Presidência adotado esta ação, na data de 02 de março o Ministério da Saúde já havia iniciado uma campanha com vistas ao enfrentamento da pandemia, tendo como escopo orientar e esclarecer a população sobre o coronavírus, utilizando a TV aberta, emissoras de rádio e internet, informando que a prevenção basicamente se dá através de hábitos de higiene, como lavar as mãos com água e sabão várias vezes

ao dia, fazer uso do álcool em gel a 70% e não compartilhar objetos de uso pessoal.

A efetividade das campanhas governamentais foi posta em xeque – a repórter Sarah Cozzolino, correspondente da RFI no Rio de Janeiro, em matéria publicada (*on-line*) na data de 30 de março de 2020:

No Complexo do Alemão, as pessoas andam nas ruas, entram em lojas, tomam cerveja no boteco, como se nada estivesse acontecendo", conta Yone Dutra, moradora do complexo e motorista de Uber, ao descrever o dia a dia dos moradores por mensagens no WhatsApp. Ela toma muitas precauções, porque mora com duas pessoas idosas : parou de trabalhar, sai apenas para ir ao mercado, e quando volta vai direto para o banho. "Ouço muitas vezes pessoas idosas falando que tudo isso é uma besteira, que tem que voltar a trabalhar, que o vírus não vai pegar aqui... muitos absurdos!", se indigna a moradora.

A reportagem também demonstrou que a situação não é a mesma em todas as favelas, pois na parte mais alta do complexo do Alemão, onde o tráfico predomina, os moradores permanecem em casa e em várias outras os traficantes emitiram um toque de recolher “e falaram que se não for respeitado, iria ter o corretivo... e corretivo de traficante é muito pesado”.

Percebe-se que os cenários de ambas as doenças pandêmicas se apresentam com bastante similaridade, a comunicação performando extrema importância para os seus controles e erradicações, ressaltando que no caso atual, diante da heterogeneidade da população, importa a valoração das questões sociais, culturais e identitárias na composição da linguagem presente as informações governamentais.

3. *Linguagem na comunicação governamental*

A linguagem abarca formas e processos capazes de viabilizar a transmissão de ideias, sentimentos e informações entre humanos, todo sistema que contemple e utilize sinais ou signos pode ser considerado como linguagem, desde que seja possível o estabelecimento de comunicação entre e para pessoas, sem restrições.

Todavia, não deve ser compreendida a linguagem como um sistema que tenha como função apenas a comunicação:

Uma visão bastante convencional é tomar a linguagem como um sistema cuja função é a comunicação. Essa é, de fato, a visão difundida na maioria dos estudos considerando as origens da linguagem via seleção natural,

que quase invariavelmente parte dessa interpretação. No entanto, na medida em que essa caracterização tem algum significado, isso parece estar incorreto, por uma variedade de razões. (BERWICK, 2017, p. 43)

A linguagem considera, portanto, todo o sistema de signos postos à disposição e que possam ser utilizados pelos homens. A verbal é a utilizada na comunicação escrita ou falada através do uso de palavras enquanto que a não verbal lança mão de símbolos variados, a exemplo de desenhos, expressões, placas, arte, música, etc.

O domínio da língua, esse sim, é um dos requisitos necessários à comunicação, no processo comunicativo os interlocutores devem também estar sempre abertos, dispostos e aptos para a assimilação e interpretação de novos signos, conhecer o sentido das palavras, utilizar e interpretar expressões idiomáticas comuns.

A sociedade contemporânea a cada dia se submete a influências que emanam de formas e fontes variáveis, são inúmeros fatores que interferem no *meaning* e *feeling* cotidiano (MACIEL; PEREIRA, 2019), o que não raro pode comprometer a capacidade humana de compreender e valorar o teor de um comunicado em um primeiro momento, sendo necessário o conhecimento prévio acerca do tema objeto da troca de informações. Assim, ausente um domínio mínimo quanto ao significado da mensagem, compromete-se a sua valoração e compreensão no tempo em que se dá, não sendo possível cogitar a presença de um *feeling* conectado à realidade fática. O mesmo, todavia, não pode ser dito em relação ao *meaning*.

O *meaning* relacionado à incidência da gripe espanhola pode até ser ora vivenciado em relação ao coronavírus, mantendo-se o mesmo desde que o mundo amargou e passou a entender aquela doença, mas os *feelings* daquela época são evidentemente diferentes dos atuais.

A semiótica social procura compreender esse fenômeno – a prática social investigando o agir e o sentimento, influenciado por um ambiente global sistêmica e permanentemente mutável, onde as pessoas estão constantemente suscetíveis para experimentar alterações e evoluções na linguagem, e bastou o surgimento de algo inesperado, um novo vírus, para que o “agir humano” - seu *feeling*, fosse impactado.

Nesse diapasão a comunicação governamental deve considerar a variedade da linguagem, as semioses presentes nas expressões sociais, voltando especial atenção para o *meaning* e *feeling* da população exposta a novas experiências, pois o acesso à informação clara, verdadeira e

precisa é um princípio constitucionalmente assegurado à todos os cidadãos, sem exceção, por força do princípio da isonomia (MACIEL; Pereira, 2019).

Não bastassem os fins sociais, em atenção aos princípios constitucionais, a administração pública deve promover seus atos com Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. O princípio da publicidade por possuir estreita relação com a comunicação governamental, completa e complementa os demais.

Como corolário desse fundamento os entes públicos possuem o dever constitucional de permanentemente se comunicar com os cidadãos informando-lhes sobre seus direitos, deveres, prestar contas e realizar campanhas em face de emergências, respeitando a diversidade sociocultural brasileira.

Nesse contexto inserem-se as condições educacionais no Brasil, as quais, obrigatoriamente, devem ser consideradas nas campanhas governamentais, a ONG Ação Educativa, em conjunto com o Instituto Paulo Montenegro vem realizando desde o ano 2001 estudos com vistas a aferir o índice de Alfabetismo Funcional (INAF), que na essência é utilizado para medir os níveis de Alfabetismo da população brasileira de 15 a 64 anos. De acordo com a ONG (*on-line*):

Os Analfabetos Funcionais – equivalentes, em 2018, a cerca de 3 em cada 10 brasileiros – têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas.

As campanhas governamentais, sob a égide normativa, ao se vincular obrigatoriamente ao fim pretendido pela Administração, devem se permitir alcançar e serem compreendidas por todos, não olvidando a presença desse elevado número de analfabetos funcionais, como forma de garantir o estado democrático de direito, pois nos casos de emergência se amoldam à condição de Utilidade Pública e de interesse social.

Como forma de disciplinar a forma em que se deve dar a comunicação pública o Governo federal publicou a instrução normativa no 1, datada de 27 de julho de 2017, consignando que:

Art. 2º [...]

§ 1º Por comunicação pública, entende-se aquela realizada exclusivamente em prol do interesse público, com vistas a garantir a cidadania, o direito à informação, à livre expressão de pensamento e a participação do cida-

dão no debate de assuntos de relevância política, econômica e social e de temáticas relacionadas à condição humana e à vida em sociedade. Na consolidação de princípios democráticos e na promoção do diálogo social, a comunicação pública pode organizar-se de diversas formas, valendo-se de instrumentos, sistemas e meios de comunicação no qual interagem governos, movimentos sociais, organizações privadas, terceiro setor e segmentos específicos da sociedade.

Trata-se de uma conceituação genérica adotada para regulamentar a comunicação governamental, a qual, ausente de previsões específicas em situações de emergência, pode provocar efeitos danosos, nesse sentido há o alerta da doutrina:

A comunicação governamental ausente de linguagem clara e objetiva, em contexto onde inexista experiência social com determinada emergência em saúde pública, pode promover acontecimentos danosos à sociedade. (TORQUATO, 2015, p. 20)

O Brasil é um país plural cultural e socialmente, possui variações linguísticas, não sendo razoável o desprezo dessas diferenças:

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito –, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro – que são a maioria de nossa população – e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. (BAGNO, 2007, p. 16)

A variabilidade na língua falada deve ser considerada nas comunicações oficiais, pois, embora todos os destinatários/receptores possam a falar uma mesma língua o mesmo não pode ser dito quanto ao seu domínio. Uma vasta gama de formas linguísticas demanda a compreensão multidisciplinar sob as óticas sociológicas, culturais, educacionais, religiosas, sexuais, dentre outras, como forma de tornar a comunicação a mais ampla e compreensível possível:

Muitas vezes, os falantes das variedades desprestigiadas deixam de usufruir diversos serviços a que têm direito simplesmente por não compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos. (BAGNO, 2007, p. 17)

Dai o porquê da necessidade de as informações e comunicações governamentais considerarem o caráter binário nas suas concepções:

Como o espetáculo não precisa ser fiel à realidade, a verdade se apresenta partindo do ponto de vista de quem a produz. São os profissionais de comunicação que preparam o produto a ser apresentado, e esse produto vem envolto na “...positividade indiscutível e inacessível” que o espetáculo propaga. [...] Essa relação de subjugação do cidadão pela lógica do espetáculo origina o que se poderia chamar de síndrome de dependência permanente, um sentimento de dependência ou submissão, ou seja, um estágio de infantilização do cidadão, que sempre delega a algum líder a responsabilidade sobre seu próprio futuro. (COELHO; CASTRO, 2018, p. 217).

Tem-se, portanto, que a comunicação pública, na condição de dever, obriga-se à precisão, correção, certeza, clareza e descrição de diretrizes específicas, sem permitir falsos entendimentos ou barreiras “linguísticas” que possam segmentá-la, impedindo o acesso de determinado grupo. Para tanto a política de comunicação governamental deve se afastar do etnocentrismo, pois é impossível negar a variabilidade cultural da população e a diversidade cognitiva presente no todo.

O que pensar quanto às comunicações oficiais em saúde pública que adotam apenas linguagem técnica? Rosana Hermann Efraim, em bate-papo com Fábio Porchat (*instagram*), com rara felicidade explicitou o problema da comunicação durante a pandemia do coronavírus:

Por que o sabão funciona tanto para eliminar o SARS-CoV-2, o coronavírus e outros vírus? Porque o vírus é uma nanopartícula auto-composta cuja parte mais fraca é a camada dupla de gordura. O sabão quebra a gordura e desmonta o vírus.

[...] a gente fala muito sobre os dados, informações, mas ninguém explica direito...lavar a mão é medida preventiva, mas as pessoas de verdade sabem o que é achatar a curva? Que curva?... Hoje eu estava conversando com uma pessoa aqui no prédio e ela não sabia que pode transmitir sem ter sintomas...as pessoas não sabem o que é carga viral...É difícil você explica direitinho, tem muitas coisas para entender, a coisa do sabão que você falou..., quando a gente joga detergente para lavar uma louça engordurada, assim, uma panela, você joga o detergente você sente que quebra, quebra a gordura, põe água, mistura, sai um leitinho nojento...é isso que o sabão faz, ele quebra realmente, o vírus não é um ser vivo, ele tem uma capinha, um mantinho de gordura que envolve ele, ele não anda sozinho, ele não voa, não tem perninha, ele precisa de você e você é o uber do coronavírus, é você quem leva ele para o supermercado, aí, se você pega uma coisa contaminada e ele tá nas suas mãos, quando você lava com sabão, quebra essa capinha de gordura e o vírus desmancha, ele se decompõe, quebra a capinha, você estoura o balão...e demora alguns segundos lavando pra quebrar o sabão todas as capinhas micro infinitamente invisíveis e aí você quebra e ele perde a atividade.

A escritora trouxe á tona o fundamento da estrutura basilar da comunicação a qual pressupõe que o emissor esteja apto a passar suas ideias e o receptor capacitado a processá-las e interpretá-las dentro de um sistema de códigos disponibilizado à ambos. Sem a perfeita (inter)transmissão desses “dados” a linguagem não atenderá o seu requisito social e inviabilizará a comunicação eficiente. Atenta a esse pormenor a Fiocruz, sob a lavra de LANA *et al.*, reconhece que (*on-line*):

O termo Comunicação e Saúde, portanto, delimita um território de disputas específicas, embora atravessado e composto por elementos característicos de um, de outro e da formação social mais ampla que os abriga. Trata-se de um campo ainda em formação, mas como os demais constitui um universo multidimensional no qual agentes e instituições desenvolvem estratégias, tecem alianças, antagonismos, negociações. Essa concepção implica colocar em relevo a existência de discursos concorrentes, constituídos por e constituintes de relações de saber e poder, dinâmica que inclui os diferentes enfoques teóricos acerca da comunicação, saúde e suas relações. Contrapõe-se, assim, a perspectivas que reduzem a comunicação a um conjunto de técnicas e meios a serem utilizados de acordo com os objetivos da área da saúde, notadamente para transmitir informações de saúde para a população.

Especificamente quanto à comunicação durante o enfrentamento de emergências em saúde pública o Ministério da Saúde elaborou um manual baseado nas premissas da Organização Mundial da Saúde, constando nos seus objetivos evitar o pânico, através da elaboração de planos e metas de comunicação com a mídia, delimitando formas e padrões, considerando os fatores de percepção de risco e medo e as diretrizes para preparação de mensagens.

O órgão federal enfatiza que a comunicação eficaz com a mídia é uma responsabilidade-chave dos profissionais de saúde pública e a partir de uma abordagem de iniciativa e de interação, órgãos e agentes de saúde pública estarão aptos para assegurar que as mensagens sejam precisamente transmitidas, altamente visíveis e claramente ouvidas.

A concepção normativa governamental voltada para a comunicação em saúde pública não considera a construção de sentidos a partir dos elementos que compõem as relações sociais e as fronteiras culturais da população. Despreza o fato de que os *feelings* sobre saúde estão em constante mutação, são impactados por terminologias científicas, especificidades e jargões médicos, explorações midiáticas e trocas nas redes sociais.

4. Considerações finais

A mobilidade humana, facilitada pelos acordos transnacionais e os meios de transportes, aliada à grande concentração urbana que caracteriza a humanidade nesse século facilita a propagação de doenças com extrema rapidez ao longo do globo terrestre. Assim, se ainda não está disponível a cura ou vacina para o COVID-19, sendo o melhor caminho é a prevenção, a informação se torna a ferramenta mais adequada e apta a utilizar até que a saída científica seja encontrada, diz-se que a mesma serve como forma de evitar pânico e comoções sociais.

Neste sentido, o poder público voltando-se para os casos anteriores de emergência em saúde e às experiências já vivenciadas com a própria pandemia do COVID-19, poderá prover a população de informes em linguagem adequada, clara, simples e objetiva, alcançando todos os cidadãos, utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis.

A comunicação governamental, em razão da diversidade brasileira, deve considerar as condições culturais, de segurança pública, alimentar, social, pois, caso contrário, poderá promover danos colaterais à sociedade. Assim, como a sociedade contemporânea os modelos e as políticas de saúde pública estão em constante mutação, exigindo dos atores governamentais adequações frequentes às novas realidades sociais. E no que tange à comunicação em situações de emergência em saúde pública não é diferente, impõe-se a promoção dos ajustes necessários aos termos científicos, adequando-os à realidade sociocultural da população, como forma de promover uma efetiva comunicação de massa ressignificando o jargão científico.

Não podemos esquecer, contudo, que os letramentos nesse cenário adquirem fundamental importância na comunicação em saúde, pois levam em consideração a capacidade de interação, compreensão e exercícios das práticas sociais dos indivíduos nos contextos em que se inserem. Os diferentes níveis de habilidades da população quanto à assimilação e compreensão das informações prestadas pelo Poder Público, ante a variabilidade cultural e educacional brasileira, não pode ser desprezado.

A função social da comunicação em saúde, entendida como inerente à prática social, não sendo um atributo meramente individual, deve ter como objeto o seu contexto específico, a transmissão de mensagens que reforcem valores comunitários e culturais, pois desta forma seria possível viabilizar a compreensão e o modo de agir transformacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. *Preconceito linguístico o que é, como se faz*. São Paulo-SP: 2007.

BERWICK, ROBERT C.; CHOMSKY, N. *Por que apenas nós: linguagem e evolução*. Trad. de Gabriel de Ávila Othero, Luisandro Mendes de Souza. São Paulo: Unesp, 2017.

COELHO, C. N. P.; CASTRO, V. J. *Cultura, Comunicação e Espetáculo*. São Paulo: Paulus, 2018.

LANA *et al.* *Cad. Saúde Pública 2020*. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/index.php>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

MOURA, A. S; ROCHA, R. L. *Endemias e epidemias: dengue, leishmaniose, febre amarela, influenza, febre maculosa e leptospirose*. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012.

PEREIRA, F.G; MACIEL, R.F. Processos de construção de sentidos para além da dicotomia verbal e não verbal em contextos médicos. *Revista Philologus*, v. 25, p. 2674-81, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2019.

PEREIRA, S. *Conceitos e definições da saúde e epidemiologia usados na vigilância sanitária*. São Paulo: Disponível em: http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid_visa.pdf, 2007. Acesso em 02 de novembro de 2020.

SCHATZMAYR, H. G; CABRAL, M. C. *A virologia no Estado do Rio de Janeiro: uma visão global*. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. p. 172-5. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/colunas/comunicacao-e-coronavirus/>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

NAKAGAWA, R. M. O.; SILVA, A. R. *Semiótica da Comunicação*. São Paulo: INTERCOM, 2013.

RODRIGUES, N. *A menina sem estrelas*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1994.

TORQUATO, G. *Comunicação nas organizações: empresas privadas, instituições e setor público*. São Paulo-SP: Summus, 2015.